

*Em defesa dos trabalhadores*

## Contra a reforma laboral

Reunida a 20 de novembro de 2025, a Comissão Executiva do **SINTAP** manifesta a sua concordância e solidariedade com a UGT no que respeita à sua oposição à proposta de reforma da legislação laboral do Governo, revendo-se inteiramente nos motivos aduzidos pela Central Sindical para a emissão de um pré-aviso de greve para o próximo dia 11 de dezembro.

Esta é uma proposta que o **SINTAP** considera extemporânea, despropositada e injustificada e que afeta todos os trabalhadores da Administração Pública, tendo maior impacto naqueles que desempenham funções em regime de contrato individual de trabalho.

Esta reforma surge fora de tempo, num contexto de crescimento económico, estabilidade financeira e de pujança do mercado de trabalho, sendo atentatória do espírito do diálogo social, uma vez que traduz uma opção clara em favor dos empregadores, cortando direitos aos trabalhadores e prejudicando a atividade dos sindicatos.

Do banco de horas individual à contratação a termo, dos despedimentos ao outsourcing, da parentalidade à formação profissional, vemos um aumento do poder unilateral dos empregadores e a fragilização de quem trabalha.

Na negociação coletiva, no direito à greve e na ação sindical nas empresas, vemos um ataque a quem defende os trabalhadores, seja à mesa das negociações, seja nos locais de trabalho, seja na utilização do último recurso que é a greve. Não é admissível que se continuem a reduzir direitos quando os serviços mínimos decretados já quase se confundem com o funcionamento normal dos serviços.

A UGT ao longo dos seus 47 anos de história, com total autonomia negocial, provou a sua capacidade de diálogo e abertura para a construção das melhores soluções.

O anteprojeto apresentado é a antecâmara de uma reforma laboral para os patrões e, por isso, mereceu logo o rotundo não da UGT e dos seus sindicatos.

Mas a UGT não desistiu. Foi para a mesa das negociações. Nas reuniões da CPCS, nas reuniões bilaterais com o Governo e Parceiros Sociais.

Queremos avanços, e consideramos que o Governo deve criar condições para que seja possível chegar a um acordo tripartido em sede de concertação social.

Mas o que temos constatado é o oposto. O Governo passou de uma total abertura negocial à necessidade de se respeitarem as “traves-mestras” da reforma e até à imposição de linhas vermelhas.

# RESOLUÇÃO COMISSÃO EXECUTIVA



O Governo coloca quem negocia perante um jogo de tudo ou nada, em que quaisquer evoluções ficam dependentes da assinatura de um acordo, sejam justas ou não. Isto não é negociar.

A concertação social transformou-se no palco de uma obsessão com a lei laboral, esquecendo quase tudo o resto.

A política de salários e rendimentos e a atualização dos acordos, a política de migrações, os problemas da habitação.

Estas matérias foram colocadas em cima da mesa pela UGT e ignoradas pelo Governo.

Ao Governo apenas interessa a legislação laboral.

A UGT pretende negociar. A UGT quer discutir o que interessa aos trabalhadores e ao País.

Mas a UGT não negocia sozinha.

Por isso, o **SINTAP** afirma-se:

- contra uma reforma laboral que não pode avançar,
- contra qualquer alteração à Lei da Greve;
- contra um ataque sem precedentes aos trabalhadores e sindicatos,
- contra a indiferença face aos problemas reais dos portugueses,
- contra o simulacro negocial,

e

- por um verdadeiro diálogo e uma negociação com resultados,
- por uma legislação que responda aos verdadeiros desafios do presente e do futuro do trabalho,
- por um País mais justo,
- em nome de quem trabalha e quer dignidade no seu trabalho.

A Comissão Executiva do SINTAP, reunida hoje, 20 de novembro, decidiu:

- a convocação de uma greve para o dia 11 de dezembro de 2025;
- a articulação com outras estruturas representativas dos trabalhadores com vista à construção de uma plataforma de convergência na ação.

Lisboa, 20 de novembro de 2025